

Estado da publicação: O preprint não foi publicado em outro meio.

“Motosserrar” o Estado e a sociedade: a política da exposição do governo ultraliberal e dependente de Javier Milei na Argentina contemporânea

José Pedro de Castro da Rocha

<https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.17809>

Submetido em: 2026-09-01

Postado em: 2026-09-02 (versão 1)

(AAAA-MM-DD)

“MOTOSSERRAR” O ESTADO E A SOCIEDADE: A POLÍTICA DA EXPOSIÇÃO DO GOVERNO ULTRALIBERAL E DEPENDENTE DE JAVIER MILEI NA ARGENTINA CONTEMPORÂNEA

AUTOR/A 1, José Pedro de Castro da Rocha
ORCID: <https://orcid.org/0009-0004-8877-6037>
<pedrolattes471@gmail.com>

Universidade Estadual do Ceará. Fortaleza, Ceará (CE), Brasil.

RESUMO: O artigo tem o intuito de analisar a utilização do conceito de “política da exposição” para explicar governos que aprofundam o desamparo e a vulnerabilidade sociais promovendo uma prática discursiva em torno da defesa intransigente das liberdades individuais, tomando como estudo de caso do governo Javier Milei na Argentina contemporânea, observando suas características dependentes, neoliberais, ultraliberais e extremistas de direita, analisando aspectos da soberania nacional, do empobrecimento geral da população e de uma ordem política organizada pelo concorrencialismo vital, a desresponsabilização do Estado com políticas públicas sociais e a entrega dessas responsabilidades à entes privados ou privativos da sociedade, atomizando a vida dos indivíduos, que passam a se compreender como atores de um campo de disputas por recursos econômicos e a naturalização da sobrevivência do mais apto (ou forte) aos regimes de concorrência neoliberais. O objeto de investigação são os efeitos de poder decorrentes da implementação do "Plano Motosserra" de Milei, na Argentina, a partir da articulação de um procedimento metodológico em desenvolvimento: a etnocartografia genealógica em documentos. As conclusões prévias da investigação são que os efeitos de poder decorrentes das práticas e táticas de governo de Milei produzem novas características ao conceito de política da exposição, como a reprodução da lógica da entrega de responsabilidades estatais a entes privados e privativos na política externa argentina e a produção de uma subjetividade extremista de direita ativa e engajada na sobrevivência às condições dos riscos das vulnerabilidades sociais, reforçando o discurso das liberdades como promotor de radicalizações políticas.

Palavras-chave: Política da Exposição, Teorias da dependência, Neoliberalismo, Javier Milei, Argentina contemporânea.

“MOTOSSERRAR” THE STATE AND SOCIETY: THE POLITICS OF EXPOSITION OF THE ULTRALIBERAL AND DEPENDENT GOVERNMENT OF JAVIER MILEI IN CONTEMPORARY ARGENTINA

ABSTRACT: The article aims to analyze the use of the concept of "exposure policy" to explain governments that deepen social helplessness and vulnerability by promoting a discursive practice around the intransigent defense of individual freedoms, taking as a case study the Javier Milei government in contemporary Argentina, observing its dependent, neoliberal, ultraliberal and right-wing extremist characteristics, analyzing aspects of national sovereignty, the general impoverishment of the population and a political order organized by vital competitionism, the de-accountability of the state with public social policies and the surrender of these responsibilities to

private or private entities of society, atomizing the lives of individuals, who begin to understand themselves as actors of a field of disputes over economic resources and the naturalization of survival of the most fit (or strong) to neoliberal competition regimes. The object of investigation are the effects of power arising from the implementation of the "Motoserra Plan" of Milei, in Argentina, from the articulation of a methodological procedure under development: ethnogenealogical cartography in documents. The preliminary conclusions of the investigation are that the power effects arising from Milei's government practices and tactics produce new characteristics to the concept of exposure policy, like the reproduction of the logic of the surrender of state responsibilities to private and private entities in Argentine foreign policy and the production of an extremist right-wing subjectivity active and engaged in survival to the conditions of the risks of social vulnerabilities, reinforcing the discourse of freedoms as a promoter of political radicalizations.

Keywords: Politics of Exposition, Theories of Dependence, Neoliberalism, Javier Milei, Contemporary Argentina.

INTRODUÇÃO

Quando Javier Milei assume a presidência da Argentina em 10 de dezembro de 2023, anuncia que irá pôr em prática seu plano de “motosserrar” o Estado, o que significava: reduzir ministérios e recursos públicos à serviços sociais; aprofundar a financeirização da economia argentina e a submissão à política econômica dos Estados Unidos da América (EUA); o uso de recursos de fundos neoliberais internacional, como o FMI e o Banco Mundial; cortes em relações internacionais com países que não atendam aos interesses ideológicos do governo; o empobrecimento geral da população; redução de impostos a empresários ligados ao setor financeiro e ao setor exportador e precarização ainda maior da indústria nacional. O plano ficou amplamente conhecido como “Plano Motosserra” (Gennari, 2025), que como prática de governo teve início com o “megadecreto” com mais de 300 medidas neoliberais assinadas pelo presidente (O Globo com La Nación, 2023).

O Plano prometia uma perspectiva, segundo Milei, de inovação da política econômica argentina, no entanto, radicaliza uma prática de governo neoliberal e aprofunda a dependência econômica do país em relação aos países do “Nortes Global”, especialmente, aos EUA. Em campanha eleitoral, Milei dizia que sua política da motosserra iria levar a Argentina a uma “piora necessária” e, ao assumir, proferiu o mesmo discurso, prometendo um futuro vindouro. Em alguma medida, os apoiadores de Milei – em especial os mais jovens do gênero masculino – creem nessa prospecção do presidente, considerando que o kirchnerismo e o peronismo são muito piores e levaram seu país à ruína (Morresi; Ramos, 2023). E, no entanto, o Plano levou muitas empresas estatais a serem vendidas a preços irrisórios, cortou recursos financeiros de programas sociais e aprofundou a financeirização da economia do país (Gennari, 2025).

A Argentina depende deveras hoje de seu mercado exportador para manter seu superávit primário. Contudo, cortou relações, ou pelo menos as tornou menos viáveis, com outros parceiros históricos, como a China e o Brasil. Milei não consegue se desvincular totalmente da dependência econômica desses dois países, por terem importante papel de longa data com a importação de *commodities* e tecnologias que não possui. Porém, desde a campanha eleitoral, vem insistindo em um alinhamento quase unilateral com os EUA de Trump (Novaes, 2023). Alinhamento esse que parece não mais imposto por forças externas conjunturais, mas uma necessidade interna de afirmação da política interna a partir de uma via somente de submissão internacional. Por esse aspecto, é possível identificar, como hipótese de pesquisa, que a mesma lógica que opera a economia interna opera, de modo semelhante, a economia externa; até pelo fato de se radicalizar, no governo Milei, a entrega da política econômica do país aos EUA, acompanhado do rechaço a antigos parceiros.

Diante disso, este artigo traz alguns resultados de pesquisa em andamento, voltada à produção de um conceito sociológico que dê conta de fenômenos políticos que se constituem em torno de práticas discursivas de defesa das liberdades individuais, produzindo práticas de poder concorrencialistas e desamparo social. O conceito criado em pesquisas anteriores foi o de “política da exposição” (Rocha, 2023, 2026b); do qual este artigo parte, no intuito de ampliá-lo, estruturá-lo em conteúdo de tese e aferir suas possibilidades analíticas em contexto diverso dos quais surgiram e promover vias de compreensão de outros contextos sociais e políticos a partir das características que lhes compõe.

Um outro objeto de preocupações desta pesquisa em andamento, é a investigação de como a dependência política e financeira vem se modificando no contexto atual do neoliberalismo radicalizado por governos de extrema direita, tomando como estudo de caso o governo de Milei na Argentina. Diante do governo ultraliberal e extremista de direita de Milei, não se encontra espaço para o insuflamento à soberania nacional, reabilitando, com o projeto de Estado neoliberal, uma dependência não mais estritamente forçada pela imperialista e colonial economia dos países centrais, mas de forma voluntária, consciente e dolosa que expõe a população nacional à vulnerabilidade social, com cortes em assistência e entrega das responsabilidades estatais ao setor empresarial e financeiro nacional sublocado ao internacional.

Nesse sentido, o aspecto do enfraquecimento da soberania nacional em detrimento do mercado internacional do governo provoca uma interpelação ao conceito de política da exposição: a política da exposição, em sua lógica da entrega de responsabilidade estatais a entes privados ou privativos, pode manter a mesma lógica ao se tratar da política externa de um país, reproduzindo a

mesma lógica a nível das relações internacionais? E no interior dessa questão teórico-conceitual, é preciso discutir também um elemento estruturante das economias da América Latina: seu teor dependente. Assim, perguntamos: no que as teorias da dependência poderiam nos auxiliar a entender as novas dinâmicas da fase neoliberal do capitalismo, radicalizada em política da exposição, tomando como caso concreto a Argentina de Milei?

Todavia, é preciso que se diga: a interpretação dada aqui às teorias da dependência como explicação de modelo que se perpetua ao longo de décadas e sob diferentes governos não se dá a partir de um alinhamento específico a alguma escola teórica. O que se constata é uma repetição de um arranjo político-institucional interno de entrega de responsabilidades econômicas e sociais à entes privados ou privativos a entes privados ou privativos internacionais, de maneira mais radical ao governo Trump, submetendo-se voluntariamente à política dominante dos EUA. Assim, o estudo da dependência nesta pesquisa é analisado como uma reprodução da política da exposição à nível internacional, que coincide, em alguns pontos, com a estrutura político-econômica da dependência. Pretende-se, desse modo, fazer uma revisitação teórica dos estudos sobre as teorias da dependência e em como se aplicam ao neoliberalismo radical contemporâneo. Desse modo, colocamos, em síntese, as seguintes questões que norteiam a pesquisa:

1) Quais as condições de possibilidade e quais regimes de verdade Milei aciona para que os efeitos de seu projeto de poder, representados pelo Plano Motosserra, se efetivem, de modo que possamos identificar quais características do seu governo coincidem com o fenômeno da política da exposição? E, diante disso, se é possível identificar o Plano Motosserra enquanto dispositivo de poder da política da exposição.

2) Em continuidade às questões anteriores, também pergunta-se: quais características do governo Milei podem ser analisadas como parte de um aprofundamento voluntário de um processo de dependência financeira e política internacional, em especial ao governo Trump nos EUA? Decorrente disso, quais os elementos da política da exposição permitem pensar modificações nos termos das teorias da dependência? E o que o governo Milei promove que modifica e transforma essa relação de dependência?

1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Os procedimentos metodológicos aqui expostos também fazem parte do desenvolvimento da pesquisa em andamento sobre o governo Milei, buscando complexificar e aprofundar elementos trabalhados em pesquisas anteriores (Rocha, 2025, 2026a, 2026b). Portanto, assim como a formulação teórica aqui proposta, também estão em desenvolvimento os procedimentos metodológicos. Sendo passíveis de mudança e aprimoramento. Mas dão início a um projeto de tese que também propõe não só a construção de um conceito, mas também de um modelo metodológico. Dito isso, eis como estão sendo organizadas as principais ideias epistemológicas e metodológicas desta pesquisa.

Dado que o plano de governo de Milei, o “Plano Motosserra”, mobiliza uma série de multiplicidades em torno de si, trabalhamos sua compreensão como um dispositivo de poder. Portanto, é preciso que se empregue procedimentos metodológicos que condizem com a compreensão analítica de um dispositivo. Segundo Deleuze (1990, p. 155) um dispositivo é “uma espécie de novelo ou meada, um conjunto multilinear. É composto por linhas de natureza diferente e essas linhas do dispositivo” abarcam e delimitam sistemas heterogêneos – o objeto, o sujeito, a linguagem – que “seguem direções diferentes, formam processos sempre em desequilíbrio, e essas linhas tanto se aproximam como se afastam uma das outras”. Elas estão quebradas e submetidas “a variações de direção (bifurcada, enforquilhada), submetida a derivações”. Desse modo, vai propor o autor: “Desemaranhar as linhas de um dispositivo é, em cada caso, traçar um mapa, cartografar, percorrer terras desconhecidas” (Idem). Desse modo, utiliza-se a cartografia social como uma das bases dos procedimentos metodológicos aqui propostos.

A cartografia social “trata de movimentos, relações, jogos de poder, enfrentamentos entre forças, lutas, jogos de verdade, enunciações, modos de objetivação, de subjetivação, de estetização de si mesmo, práticas de resistência e de liberdade” (Prado Filho; Teti, 2013, p. 45). Uma analítica crítica “que acompanha e descreve relações, trajetórias, formações rizomáticas, a composição de dispositivos, apontando linhas de fuga, ruptura e resistência” (Idem). E por permitir descrever “relações, trajetórias [...] linhas de fuga, ruptura e resistência” é que a cartografia social pode se aliar fortuitamente da etnografia em documentos, que trabalha com uma investigação descritiva de documentos no intuito de promover uma ambientação simbólica e objetiva de sua construção e uso por sujeitos em disputas políticas e narrativas mapeadas por documentos que produzem suas subjetividades e comportamento social. Portanto, o que aqui entendemos por cartografia social é uma estratégia flexível de análise crítica de disposições, caminhos, curvas e linhas subjetivas e linhas

de correlações de forças entremeadas a poderes, técnicas e práticas sociais que fixam uma nova marca sobre as relações de poder surgidas a partir de um acontecimento histórico.

Porém, ainda é preciso dizer que este trabalho também se insere no campo das pesquisas documentais, devido ao fato de voltar-se para a compreensão de uma realidade cujo material de pesquisa será abundantemente documental: vídeos de discursos e pronunciamentos públicos, matérias jornalísticas e bibliografia diversa sobre a Argentina de Milei, livros publicados pelo presidente da República antes de assumir o cargo, artigos, teses, dissertações e livros que tenham o governo Milei como centro investigativo e todo um mapeamento das organizações de apoio à Milei através de suas plataformas de divulgação digitais. Portanto, o material de pesquisa a ser utilizado terá grande base documental.

Documentos produzem e relatam conflitos, silêncios, perguntas, respostas e afetos; servem para consultas, incitam memórias, despertam sentimentos e produzem a história a partir da produção de fatos (Cunha, 2005). Identificam e validam identidades, assim como as destitui; como também fornecem e retiram direitos (Peirano, 2006). Os arquivos produzem um tempo, uma história e até mesmo uma geografia (Foucault, 2008a). O início da análise documental não começa simplesmente no contexto em que o documento está inserido, como se o todo explicasse a parte. Mas no que o documento tem de objetivo que permita construir um contexto maior de onde ele foi produzido, por quem foi produzido e com que finalidade. É preciso que passe por um processo de investigação de seu uso subjetivo, isto é, as diversas significações direcionadas ao documento; até mesmo a análise de performatividades em arquivos em vídeo, e em que medida as performances sociais sofreram interferências ao serem abertamente documentadas. São essas fronteiras que fornecem, a partir dos documentos, possibilidades sempre novas de teorização sobre a realidade social.

Se a cartografia permite descrever, construir e localizar subjetividades e relações de forças em uma descrição de conjunção de elementos heterogêneos em fluxos de relação de poder, a etnografia permite se inserir nessas linhas de fluxos, nessas formações discursivas e representações simbólicas localizadas em documentos que se põem em luta ou disputa. Nesse sentido, junto à cartografia social, propõe-se munir-se igualmente do procedimento da etnografia em documentos (Peirano, 2006; Rocha, 2025). E, em todo caso, como se trata também da compreensão da urgência de um acontecimento histórico que mobiliza afetações, subjetividades e práticas de poder, a genealogia do poder de Foucault (2017) torna-se também central para os procedimentos metodológicos.

Porquanto, esta pesquisa, ao estar atenta à produção de práticas de poder e subjetividades surgidas de contexto de luta das práticas sociais, faz com que sigamos uma linha investigativa que procura nos documentos a formação daquelas práticas e seus efeitos em uma ordem de reorganização das tecnologias do poder na contemporaneidade. E, por esse motivo, é que a cartografia social e a etnografia em documentos permitem a abertura para a compreensão das relações de poder a partir de uma genealogia do poder. De modo que se propõe, aqui, uma *etn-cartografia genealógica em documentos* (Rocha, 2025, 2026a, 2026b).

Ao utilizarmos a genealogia foucaultiana, temos por objetivo compor uma explicação analítica que dispõe forças em luta em um determinado “espaço-tempo social” (Giddens, 2009). Isto significa mapear, vai interpretar Deleuze (2005), uma cartografia de relações de poder e práticas subjetivas, nas quais nos inserimos através da etnografia, para compreender as disputas simbólicas e objetivas situadas em uma espacialidade. Nesse sentido, a pesquisa empírica proposta aqui está diretamente ligada às suas fundamentações teóricas, com objetivo de produzir uma analítica conceitual que permita compreender as relações de poder contemporâneas a partir do objeto aqui apresentado.

Diante disso, compreendemos a execução do plano de trabalho da pesquisa em três etapas principais. Primeiramente, reconstruir o cenário eleitoral à presidência da Argentina em 2023 e em como a figura de Milei nele surge. Aqui descreveremos a trajetória política que o levou às eleições presidenciais, em um partido próprio e assumindo cargo de deputado no Congresso Nacional, construindo sua performance política radical em programas de televisão e nas redes sociais, construindo discurso de ruptura democrática. Nesta primeira etapa, perguntamos: quem eram seus adversários? Como se organizaram as disputas entre esquerda e direita? Qual o eleitorado de Milei? Como sua propaganda política beneficiou-se da representação pública do Plano Motosserra?

Como segunda etapa da pesquisa, procurar-se-á perceber como uma ordem de práticas de poder vai se formando em torno de objetivos comuns representados pelo Plano Motosserra. Essa multiplicidade de discursos e práticas que vão se adensando permite que em torno do Plano se passe a produzir comportamentos e subjetividades. Esse cenário produz as “condições de possibilidade” (Foucault, 2017) da vitória de Milei à presidência. Nesse ponto, o Plano Motosserra passa a determinar toda uma prática governamental: decretos, leis, normas, decisões e indecisões que

constituem a burocracia estatal. Indaga-se: que tipo de governamentalidade a prática do Plano Motosserra opera no Estado? Que determinações legais e ilegais são dispostas em sua operação?

Por fim, na terceira etapa, quando os efeitos de poder de toda essa operação eleitoral e prática governamental constituírem seus “regimes de verdade”, “ordem do discurso” e “táticas de poder” (Foucault, 1996, 2017) é que teremos condições de analisá-los como efeitos possíveis de uma política da exposição, no intuito tanto de compreender a realidade argentina, quanto de ampliar teoricamente o conceito. Esta etapa de pesquisa irá se concentrar na análise teórica dos dados obtidos, portanto, será mobilizado conteúdo teórico de pesquisas anteriores para formulação em conteúdo de tese da política da exposição.

Assim, ao analisarmos o período eleitoral que levou à vitória de Milei, não simplesmente catalogar-se-á sucessões de fatos cronológicos, mas nele se inserir através da etnografia em documentos, a fim de cartografar práticas de poder em disputa, nesta proposta de investigação que objetiva, situa e descreve as ações dos sujeitos e seu conteúdo simbólico, com vistas a compreender como suas propostas, ideias e discurso produzem uma ordem de práticas de poder. Quando analisarmos a prática governamental de Milei, através de decretos, medidas provisórias, discursos, mobilização social, portarias, burocracias, usos da segurança pública e flerte com a ruptura democrática, também procuramos localizar e situar o acontecimento dessas ações e seus efeitos de poder: a produção de prática subjetiva que dispersa, as disputas por espaço e representação e a aposta em práticas de governo antiestruturadas (Cesarino, 2022). Queremos apreender os efeitos, a capilaridade da efetivação do poder em prática. Por fim, ao dispormos de uma etnocartografia dos efeitos de poder da prática governamental do governo Milei, teremos condições de compreendê-la conceitualmente dentro daquilo que colocamos como política da exposição.

2 CARACTERÍSTICAS PRINCIPAIS DA POLÍTICA DA EXPOSIÇÃO

Por conseguinte, como nasceu o conceito de política da exposição? O termo surgiu primeiramente em pesquisa que investigava os efeitos de poder do discurso do filósofo italiano Giorgio Agamben sobre a pandemia de Covid-19 na Itália e na Europa. O filósofo defendeu desde de seu primeiro artigo de opinião, no site italiano *Quodlibet*, o discurso da volta das liberdades individuais perdidas pela captura do poder soberano, em “conluio” com a ciência e a mídia, para

controlarem os indivíduos dentro de casa. Defendeu que o grande problema que a política de contenção ao vírus da Covid-19 criou foi a perda das liberdades civis e que aceitamos ser dominados por esse poder de maneira muito fácil e rápida e que seria justo defender a volta da “vida normal” no regime de exceção que se formava. A pesquisa aponta que por mais que o filósofo emule essas opiniões sobre a pandemia desde um lugar relacional que não seja o mesmo posicionamento político de direita, suas conclusões produzem um ordem discursiva que ressoa familiarmente àquelas da extrema direita no poder, nos exemplos do primeiro governo de Donald Trump, nos EUA (2017-2020), e do governo de Jair Bolsonaro, no Brasil (2019-2022), os quais negaram a gravidade da pandemia até o fim de seus mandatos e sempre defenderam a volta da economia e das liberdades civis “perdidas” (Rocha, 2023).

É inegável que discursos semelhantes surgidos de posições muito distintas dentro de uma mesma “ordem do discurso” (Foucault, 1996) geram efeitos de poder similares. A esses efeitos de poder dei o nome de “política da exposição”, que inicialmente inaugura uma nova forma da produção política no mundo contemporâneo, diferente da biopolítica, que procura, grosso modo, dominar os aspectos gerais da vida humana enquanto espécie (Foucault, 1999, 2020); diferente da necropolítica que produz máquinas de guerra que separam aqueles que vão morrer e aqueles que vão viver, enfim, a produção da vida matável (Mbembe, 2018, 2021). A política da exposição atinge o corpo desprezando-o, criando suas condições de vulnerabilidade, naturalizando diferenças social e politicamente construídas sob o discurso de que todos podem conquistar tudo somente com a liberdade individual (Rocha, 2023).

Com a continuidade das pesquisas, o termo passa a explicar o contexto de radicalização das crises econômica e sanitária no Brasil, quando estas não coincidem com os conceitos de “biopolítica” (Foucault, 1999, 2020) ou “necropolítica” (Mbembe, 2018). A política da exposição não se sustenta apenas pelo discurso das liberdades individuais, mas em como esse discurso legitima a radicalização de políticas neoliberais autoritárias de governos de extrema direita. Seus efeitos são produzidos, em uma análise primeira, a partir de uma radicalização do neoliberalismo em que as instituições do Estado são utilizadas no intuito de enfraquecer a ação política do próprio Estado. No interior disso, existem dois modos de ativar esse enfraquecimento: *a)* por meio da desregulamentação legal de políticas públicas sociais de responsabilidades civis, de privatizações em massa e medidas de contenção de gastos públicos – a conhecida política de austeridade econômica –; além da desregulamentação da indústria e do fortalecimento do mercado financeiro com a redução

de impostos a empreendimentos rentistas; isto é, a economia deixa, os pouco de ter uma base industrial desenvolvimentista, corroborada pela desregulamentação das leis trabalhistas que asseguram a estabilidade e direitos do trabalhador; *b*) por meio da não decisão ou indecisão como elemento da retórica da desresponsabilização pública; são, portanto, o adiamento de decisões importantes para pautas urgentes, ou simplesmente não decidir sobre elas; postergar ações comunicativas de importância nacional; anular decisões anteriores, assim como voltar atrás em determinações públicas. Com isso, notamos que enquanto as características em *a* ainda coincidem com políticas gerais do neoliberalismo, as em *b* se transmutam para uma radicalidade da ação baseada na não decisão ou na indecisão do soberano (Rocha, 2026b).

Uma outra característica da política da exposição é a naturalização do concorrencialismo vital pela sobrevivência individual. Enquanto o neoliberalismo amplia as condições de concorrência para quase todas as áreas da vida social, promovendo uma subjetividade individualista e competitiva (Dardot; Laval, 2026), a política da exposição aprofunda essas lutas por oportunidades precárias em disputas pela sobrevivência vital do mais forte ou mais apto. Portanto, quem não está apto a sobreviver em um ambiente de múltiplas concorrências por recursos escassos, está fadado ao fracasso e ao insucesso. O Estado não pode intervir nas disputas dos indivíduos, que sobrevivem apenas de seus recursos individuais. E concorrência também pelas dimensões de vida e de morte, que deixam de ser preocupações públicas ou comunitárias e passam a ser preocupações individuais. Fica a cargo do indivíduo lidar com suas próprias condições de vida e de morte; por isso, crescem tanto planos de saúde e funerários privados, pois a gestão de nossa vida e morte também foi privatizada, realocadas como produtos escassos, portanto não são todos que têm acesso e isso é posto como normal ou natural (Rocha, 2026b). Ou seja, o que está em jogo na política da exposição não é mais a concorrência de mercado ampliada para todos os campos da vida social, mas sim a ampliação da sobrevivência aos riscos de uma vida produzida em uma realidade de oportunidades desiguais. E essas oportunidades desiguais são legitimadas pelo discurso das liberdades individuais, o qual, por sua vez, é o elemento central da política da exposição. Então, trata-se de um sistema que se retroalimenta, que se autoconstitui pela radicalização de uma compreensão (neo)liberal de liberdade sem responsabilidades (Rocha, 2026b).

Por esses aspectos, a ordem política da pandemia de Covid-19 no Brasil foi um grande campo de demonstração do regime de poder da política da exposição. Jair Bolsonaro intencionalmente atrasou a compra de vacinas para toda a população alegando não ser sua

responsabilidade como presidente, duvidando de suas eficácias. Optou por um tratamento falso com cloroquina, azitromicina e zinco, dentre outros remédios que não curavam a Covid-19 (poderia até piorar sintomas leves da doença – o “kit covid”), com o discurso de que somente consumiria os remédios quem quisesse. Há aqui uma outra característica da política da exposição: radicalizar o discurso da liberdade individual até mesmo para tomada de decisões irresponsáveis que podem até mesmo destruir o corpo do sujeito (Rocha, 2026b).

Tivemos tanto indecisões por parte do governo federal, quanto adoção de medidas neoliberais radicais. O uso do concorrencialismo vital para evitar responsabilização pública com a crise de respiradores de Manaus, descaso com a vida e com a morte. Desregulamentação de políticas de amparo social, reduzidas a uma apenas, o Auxílio Brasil. A produção de profundo desamparo social com pessoas na “fila do osso” e valas comuns; aumento do empobrecimento e crescimento do mercado financeiro; uso discursivo das liberdades individuais e entrega de responsabilidades públicas para setores privados ou privativos da sociedade. Isto é, em alguma medida a política da exposição é uma política da ausência de responsabilidade das decisões públicas, produzindo o total desamparo social (Rocha, 2026b).

Por essas características gerais é que a política da exposição pode designar outras realidades que surgem de ambiente discursivo semelhante, como o caso da Argentina de Milei, que promove todo tipo de desamparo social em nome de uma defesa irrestrita das liberdades individuais. Acreditamos que esteja em curso na Argentina a produção de uma política da exposição, pois o governo Milei parece colocar em prática todas as características que apresentei ao decorrer de minha fala. Ainda mais de forma mais radical, pois o presidente costuma sempre defender e legitimar todo seu autoritarismo e políticas de Estado através do discurso das liberdades individuais.

2.1 Como o governo Milei pode ser caracterizado pela política da exposição

O governo de Milei em certos aspectos pode coincidir com características da política da exposição, mas também abre possibilidades de pesquisa para a compreensão mais ampla do conceito. Por exemplo, o governo aposta constantemente em política de privatização em massa, desregulamentação da economia e das leis trabalhistas (assim como dos sindicatos), fortalecimento do mercado financeiro internacional instalado no país, enfraquecendo a indústria nacional. Tal contexto não supera a crise do neoliberalismo, mas a aprofunda e a radicaliza.

O tema das liberdades individuais foi de grande importância para a campanha presidencial de Milei, o qual, usando a metáfora da motosserra, representou um corte radical de políticas públicas que estruturam o Estado argentino, com o intuito de libertar a Argentina da repressão de liberdades econômicas e individuais do peronismo, do kirchnerismo e do comunismo. Seu lema “Libertad, Carajo!” e o nome de seu partido “Libertad Avanza” são demonstrações da apreensão radical dos sentidos da liberdade neoliberal. Ou seja, a dimensão da liberdade no governo extremista de direita de Milei ocupa papel central no discurso que legitima sua prática política, assim como a de seus apoiadores.

Esse contexto gera uma reação que insufla a militância dos apoiadores de Milei, revelando uma produção “positiva” da política da exposição ao gerar subjetivações potentes para defendê-la, apesar do crescimento da pobreza, da desigualdade social, defasagem do serviço público e desregulamentação do Estado. Ou seja, é possível compreender esse aspecto como um caminho investigativo ao conceito de política da exposição, atentando a lacuna de pesquisas anteriores que se voltaram mais a entender como o discurso em torno das liberdades individuais produz tanto desamparo social. O estudo do governo Milei, como objeto de investigação, parece revelar caminhos para compreender melhor o motivo de essa política agregar tanto apoio. Em alguma medida ela promove uma potência subjetiva nos indivíduos que os fazem desejar um estado de sobrevivência em meio a riscos econômicos, políticos e até mesmo vitais.

Milei engaja seu público a acreditar em dois elementos discursivos principais. O primeiro: a desigualdade não é social, é natural. Então, somos naturalmente desiguais entre si. O discurso de Milei parte desse pressuposto ultraliberal desde sua candidatura à deputado nacional por Buenos Aires (Morresi; Ramos, 2023). Portanto, segundo sua retórica, construir um governo para acirrar essas desigualdades não é necessariamente fazer um governo ruim, mas é simplesmente reativar um estado “natural” da existência humana. E o que se naturaliza é a desigualdade que separa e diferencia todos os indivíduos e não os une como sujeitos coletivos. O segundo: o acirramento dessas desigualdades produz a liberdade para construir a vida individual, isolada de responsabilidade social. Em alguma medida, essa segunda característica influencia a construção das subjetividades dos apoiadores de Milei, mas também influencia em diversas formas de subjetividade que nascem dos discursos neoliberais. Pois em um ambiente em que temos somente a liberdade para constituir nossas vidas individualizadas, sendo responsáveis apenas por aquilo que ganhamos, a luta pela

sobrevivência em um cenário de desamparo social só se amplia e se torna o comportamento concreto dos sujeitos no dia a dia.

Um outro aspecto do governo de Milei, que gera caminhos possíveis de investigação, é: como o processo de entrega das responsabilidades públicas a entes privados ou privativos da sociedade argentina também se reproduz em sua política externa, entregando suas dinâmicas econômicas a instituições internacionais, em especial as estadunidenses? Seria possível afirmar que a lógica interna da política da exposição realmente se reproduz na política internacional reforçando a dependência do país a países ricos? Existem elementos a serem estudados que podem abrir caminhos de ampliação das ideias que organizam o conceito, como o desempenho artificial do *superávit* da economia argentina frente à desindustrialização do país, ou a queda, também artificial, da inflação – problema histórico do país (Prebisch, 1986). Além da redução intencional do valor da moeda em relação ao dólar para atrair investimentos internacionais, ao mesmo tempo que continua dependente do rentismo internacional (Rodrigues, 2025). Até pelo fato de se radicalizar, no governo Milei, a entrega da política econômica do país aos EUA, acompanhado do rechaço a antigos parceiros. Cogitou-se até dolarizar institucionalmente a moeda argentina e até dar curso legal ao Bitcoin como moeda local, alegando “livre competição de moedas” (Rubinstein, 2024). As consequências imediatas a essas medidas foram o crescimento da pobreza, dos índices de vulnerabilidade social e o enfraquecimento da soberania nacional.

Outrossim, os setores privados que mais estão ganhando com a nova política de redução de impostos para exportação do governo são o mercado financeiro, por apostar mais no crescimento de empresas internacionais que nas nacionais e o mercado agroexportador, que mantém o superávit primário do governo, mas não por exportarem mais – apesar da redução de impostos –, mas pelo país não estar comprando, justamente por ter diminuído suas parcerias internacionais. Além disso, o poder de compra da população tem diminuído e o comércio interno enfraquecido. Por isso, a inflação diminui artificialmente; pois, se há menos produtos no mercado e menos pessoas comprando, certamente haverá um achatamento dos preços. Porém, não significa que o valor dos produtos e o poder de compra da população foram regulados. Na verdade, por haver um empobrecimento do mercado interno e da população é que os preços artificialmente se regulam (Gennari, 2025).

Contudo, esses crescimentos só são explicados em virtude, primeiramente, da baixa da moeda em relação ao dólar que fez o setor agro aumentar liquidamente seus lucros, porém sem aumento e diversificação significativos de suas vendas internacionais (Lucchesi, 2025). Ou seja, o crescimento argentino é completamente dependente do seu frágil mercado externo, demonstrando como o aspecto de dependência colonial e imperialista ao norte global (Rodrigues, 2025). Com isso, esse artificial e débil crescimento argentino ocorre em detrimento do desamparo interno total da população, que se vê mais pobre, mais desempregada, com maior informalidade, sem aumento real de renda (Lucchesi, 2025) e precariamente assistida pelo Estado, que reduziu para somente dois os benefícios sociais: o Auxílio por Criança (AUH) e o Vale-Alimentação (Tarjeta Alimentar) (Gennari, 2025).

Diante disso, consideramos que uma revisita aos estudos das teorias da dependência são de grande valor para os objetivos desta pesquisa, já que o governo Milei também me parece ser um campo de estudos muito importante por criar uma nova forma de dependência que não se caracteriza somente pela correlação de forças desiguais com as nações do “Norte Global” que geram o “subdesenvolvimento” das nações do “Sul Global” (Furtado, 1974), agora essa dependência é irresponsavelmente dada ao imperialismo do Norte Global, em especial aos Estados Unidos da América. Em uma relação de dependência que não se constitui de uma luta, mas da completa submissão de uma radicalização ultraliberal.

3 PROBLEMATIZAÇÕES SOBRE AS TEORIAS DA DEPENDÊNCIA E O CONTEXTO CONTEMPORÂNEO DE GOVERNOS DE EXTREMA DIREITA NA AMÉRICA LATINA

A economia argentina é historicamente dependente (Prebisch, 1986), porém a dependência se aprofundou e se modificou durante os governos neoliberais de Menem (1989-1999) e De La Rúa (1999-2001), quando acordos foram firmados em contexto de imposição internacional da emergente globalização. Houve também nesses governos um alinhamento mais unilateral com os EUA, porém, não tão radical quanto no governo de Milei, vide o fato de ainda manterem relações mais plurais com o Leste Asiático e a América Latina – Menem, por exemplo, participa da criação do bloco regional Mercosul, com Brasil e Paraguai, em 1991. Houve razoável controle da inflação e melhora do mercado interno, o que gerou relativa estabilidade econômica; mas logo o modelo neoliberal

entrou em crise, retornando a hiperinflação e a dívida externa do país. A situação só se estabilizou nos governos Kirchner (2003-2015), quando a indústria nacional voltou a crescer e a inflação voltou a ser controlada (Vianini, 2012). Porém, quando este modelo também quebra, governos que sucederam, como Macri e Fernández, não conseguiram se sustentar, perpetuando os problemas do desemprego e da hiperinflação. Com Milei, a perspectiva econômica é de piora.

Em pesquisa prévia à produção de fôlego (teses e dissertações) sobre teorias da dependência na contemporaneidade, constatamos que existe uma análise do neoliberalismo em grande medida somente até o final dos anos 1990 e início dos anos 2000 (Amaral, 2006, 2012). Encontrando apenas alguns artigos mais recentes que trabalham de maneira lateral os temas da dependência em análise de governos latinoamericanos, mas de forma geral, não estudando um caso específico representativo (Amaral; Duarte, 2010; Soares Campos; S. Campos, 2013; Oliveira, 2024; Ververde; Mercedes, 2016; Rodrigues, 2024). Apenas muito recentemente, Souza, Granato e Gallo (2026) organizaram livro que discute vários aspectos do governos Milei, dentre eles, as modificações da relação de dependência da Argentina com países do Norte Global.

Diante disso, é possível que os termos da dependência tenham mudado nos último vinte anos, ademais, em governos contemporâneos de extrema direita, que usam muitas vezes o discurso nacional ou nacionalista, para disputar os termos da soberania nacional com outras correntes ideológicas. Enquanto Bukele, Kast e Bolsonaro utilizaram tal discurso para promover uma rede de engajamento nacionalista, Milei parece fugir um tanto quanto dessa regra, optando por submeter-se política e economicamente à dominação externa dos EUA. Isso não significa que naqueles governos não exista dependência internacional, mas que pelo menos seus discursos voltavam-se para uma questão de ordem nacional, de defesa da “pátria”, aliando-se a governos ideologicamente próximos. Há uma questão de prática discursiva em torno do tema muito importante de ser analisada por promover diferentes formas de condutas políticas.

Cabe ainda ressaltar como observamos a economia neste trabalho, de modo diverso à compreensão de parte dos autores da teoria da dependência (Furtado, 1974; Fernandes, 1975; Cardoso; Faletto, 1975; Ianni, 1976; Prebisch, 1981; Marini, 2000; Bambirra, 2013; Katz, 2020). Para os fins pretendidos neste projeto, a economia não representa apenas a base material fundamental da organização humana. Significa, porém, um dos aspectos daquilo que Foucault (2008) chamou de “governamentalidade”, isto é, a condução das condutas.

Não é qualquer condição de possibilidade que produz formas de acumulação capitalista. Certamente, vivemos em um mundo de base material capitalista e isso produz uma forma subjetiva de conduzir a vida pela economia. Ou seja, a economia implica em uma governamentalidade. A governamentalidade da economia de base industrial do capitalismo dos séculos XIX e XX produziram uma forma subjetiva de organização social que permitiu que se assentasse no comportamento coletivo certas formas de vida, como a seguridade social ou a aposentadoria, que são certamente dinâmicas econômicas, mas que geram uma crença simbólica na materialidade. As dinâmicas do capitalismo neoliberal produzem formas subjetivas distintas de lidar com a economia. Contemporaneamente, aposta-se muito mais em investimentos de risco, austeridade fiscal e corte de gastos. E isso não apenas no nível governamental, mas individual. Os indivíduos e famílias devem comportar suas finanças também pela lógica da austeridade e da contenção de gastos (Brown, 2018). Não podemos pensar a economia sem as formas subjetivas que ela produz por meio de uma condução das condutas (governamentalidade).

Com isso, tenta-se afirmar que não optamos por analisar um processo de síntese dialética de mudança dos meios de produção para mudança dos modos de pensar. Na verdade, ambas as dimensões se co-produzem não em uma dialética da síntese, mas em uma dialética sem síntese (Simmel, 2011), em que os modos de pensar (subjetividade) podem modificar a relação com a materialidade econômica (meios de produção) e vice-versa. Não há uma linha sintética, mas bifurcações das práticas governamentais que se abrem. Quando trazemos a análise da teoria da dependência, temos o intuito de investigar quais processos contemporâneos a modifica e a transforma. Nesse sentido, esta proposta de pesquisa fundamenta-se junto à analítica do poder de Michel Foucault, ao procurar apreender o Plano Motosserra de Javier Milei como um dispositivo de poder, devido à multiplicidade de relações de forças que mobiliza para se fazer efetivo.

3.1 Do contexto latinoamericano contemporâneo e os problemas da disputa pela soberania nacional

É consolidado em bibliografia especializada o crescimento de fenômenos políticos de extrema direita no mundo contemporâneo pelo menos desde o pós-crise de 2008 (Brown, 2019; Fausto, 2020; Mudde, 2022; Vasconcelos, 2024; Cesarino, 2025), com a chegada ao poder de líderes como Viktor Orbán, assumindo pela segunda vez o cargo de primeiro-ministro da Hungria, de 2010 até os dias atuais; Benjamin Netanyahu, reassumindo o cargo de primeiro-ministro em Israel, em

2009 até os dias de hoje; Donald Trump, nos EUA, assumindo a presidência em 2016 e voltando ao cargo em 2025; Giorgia Meloni, na presidência da Itália de 2022 até hoje; além de uma extrema direita mais antiga na França que volta a ter protagonismo nas últimas eleições à presidência, com Marine Le Pen. Na América Latina, o crescimento de governos de extrema direita também têm crescido, com os governos de Jair Bolsonaro, no Brasil, de 2018 à 2022; Nayib Bukele, em El Salvador, desde 2019; Javier Milei na Argentina, desde 2023; e assumindo este ano de 2026 a presidência no Chile, Antonio Kast e a presidência do Peru, Keiko Fujimori.

Porém, existe uma lacuna na literatura que ainda mapeia e tenta compreender as práticas “antiestruturais” (Cesarino, 2022) desses governos. Trata-se do estudo da dificuldade que muitos deles, sobretudo os que usam uma retórica neoliberal mais radical, tem em construir uma coalizão governamental, assim como pôr em prática um projeto de governo que não seja por um processo de destituição do Estado Democrático de Direito. Se observarmos um exemplo europeu, figuras como Marine Le Pen crescem nas redes sociais e nas disputas eleitorais ao Executivo, representando um forte discurso anti-imigração e anti-Direitos Humanos, bastante racista e xenofóbico com não franceses; além das constantes críticas à República Francesa. Suas intenções políticas parecem tender ao rompimento com o status quo da estrutura do modelo republicano francês, não conseguindo, porém, alcançar coalizão suficiente para isso. Dificuldades com coalizões parlamentares são possíveis observar também no governo de Meloni, na Itália. Eleita por um partido pequeno, conquistou as eleições devido a discursos anti-imigração, formando uma “ordem do discurso” (Foucault, 1996) da ruptura, da tensão e da disrupção, mas com dificuldades de crescimento de seu partido no Parlamento.

A lógica não deixa de se repetir nas Américas. Donald Trump perde sua reeleição em 2020 para o candidato democrata Joe Biden, porém volta com um discurso mais radical e disruptivo em 2025, descumprindo mais acordos internacionais e leis constitucionais. Um primeiro rompante de ruptura democrática de Trump, quando, na oficialização de Biden como presidente eleito, em 6 de janeiro de 2021, trumpistas invadiram o Capitólio para impedir a cerimônia de ocorrer, levando à destruição de espaço público, ameaça à ordem política, perseguições violentas a políticos presentes na cerimônia e até mesmo mortes (Uol, 2025). Ou seja, é possível que essa tenha sido sua primeira tentativa de rompimento com o Estado Democrático de Direito de maneira violenta, perdendo apoio até mesmo de muitas figuras de seu partido, inclusive do seu, à época, vice-presidente, Mike Pence. Como desde o final de seu primeiro mandato Trump vinha perdendo apoio dentro de seu

partido, em seu segundo mandato, decidiu governar em grande medida a partir de decretos presidenciais e pouco negociar com o Congresso (Matheus, 2025), o que enfraquece sua governabilidade, recebendo críticas até mesmo de parlamentares do próprio partido.

O governo de Bolsonaro, no Brasil, também esteve em constante tensão com a legalidade constitucional, além de descumprir várias ordens de contenção à pandemia de Covid-19. Além disso, em 7 de setembro de 2021, houve o que se pode aferir como um ensaio do que viria a ser o 8 de janeiro de 2023. Naquela primeira data, apoiadores do governo fizeram um grande protesto na Esplanada dos Ministérios de Brasília, com Bolsonaro discursando que não iria mais cumprir nenhuma ordem do Supremo Tribunal Federal (STF). Em seguida, seus apoiadores tentaram invadir o prédio do Ministério da Saúde. Ou seja, já havia intenções de ruptura com o Estado Democrático de Direito. Tema que se confirma em 8 de janeiro de 2023; passada uma semana do início do mandato de Luiz Inácio Lula da Silva. Apoiadores do ex-presidente vindos de diferentes partes do Brasil, que já vinham ocupando as entradas dos quartéis de Brasília, se deslocaram para a Praça dos Três Poderes e começaram a depredar os prédios públicos do Poder Executivo e Judiciário. E muitos estavam com camisas que demonstravam apoio ao ex-presidente e gravaram, por iniciativa própria, vídeos que diziam estar ali por Bolsonaro. Boa parte dos envolvidos nas depredações foi detida em flagrante e um processo foi aberto contra cada um deles no STF, assim como seus mandantes. Durante quase todo seu mandato, Bolsonaro trabalhou para destituir o Estado Democrático de Direito. Além disso, seu governo teve muitas dificuldades de coalizão política: seu partido nunca conseguiu maioria no Congresso e teve de fazer alianças com outros partidos de direita para manter sua governabilidade. Porém, esse apoio deu-se, em muita medida, por emendas parlamentares liberadas para os congressistas e não necessariamente por negociações e acordos políticos.

Os casos de Orbán e Netanyahu são diferentes. Conseguiram apoio dentro de seus respectivos Parlamentos e até crescimento significativo de seus partidos. Porém, é notável que aos poucos foram transformando a legislação de seus países – e isso não seria possível sem o apoio de parlamentares ligados aos seus governos – para que seus propósitos de perpetuação no poder fossem sendo assimilados pelas respectivas legislações nacionais. Isso demonstra que a destituição do Estado Democrático de Direito nesses países ocorre junto a coalizões com o Parlamento; na América Latina, Bukele, em El Salvador, parece seguir um caminho semelhante. Porém, há outros agentes que parecem seguir o caminho da destituição violenta de Trump e Bolsonaro, como Javier Milei, na Argentina.

Milei surge nesse processo para radicalizar um histórico do neoliberalismo na Argentina, mas, ainda sim, utiliza muito do autoritarismo de Estado para reprimir protestos críticos a seu governo. Nesse ambiente, discursa sempre que tem oportunidade contra o modelo político argentino, contra o peronismo, o kirchnerismo e o comunismo, todos como exemplos de totalitarismos de esquerda que devem ser combatidos. E mesmo assim também tem dificuldade de coalizão parlamentar, mesmo seu partido tendo aumentado no Congresso, governando via decretos presidenciais.

Dado a posição de Milei nesse cenário internacional, busco compreender se os efeitos de poder da política da exposição podem gerar um cenário de incertezas e desamparos tamanhos que seja mais fácil justificar, desde a centralidade do poder, uma destituição do Estado Democrático de Direito. Nesse sentido, a análise do governo Milei permite uma pesquisa de caso aprofundada sobre a realidade da Argentina, mas que pode, posteriormente, ser posta em comparação com a do Brasil e dos EUA, por exemplo. Ou seja, o estudo sobre o governo Milei revela-se importante por ser um governo que a todo momento flerta com a ruptura democrática, que, por ainda estar em curso, permite ao pesquisador observar o desenrolar atual dos efeitos de poder de sua política da exposição.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma política da exposição social está em curso na Argentina, produzindo o desamparo social total. Diante do governo ultraliberal e extremista de direita de Milei, não se encontra espaço para o insuflamento à soberania nacional, reabilitando, com o projeto de Estado neoliberal, uma dependência não mais estritamente forçada pela imperialista e colonial economia dos países centrais, mas de forma voluntária, consciente e dolosa que expõe a população nacional à vulnerabilidade social, com cortes em assistência e entrega das responsabilidades estatais ao setor empresarial e financeiro nacional sublocado ao internacional. Além de os cortes orçamentários do governo, com diminuição de ministérios e cargos públicos, não reduzir de fato a histórica dívida do país com o FMI, hoje no valor de 286,6 bilhões de dólares (Gennari et al, 2025).

O capitalismo dependente é um sistema de dominação externa organizado internamente, sustentado por transplante tecnológico, suprimento de capital e controle financeiro. Fernandes

(1973) argumenta que os países latino-americanos enfrentam obstáculos internos que dificultam a integração nacional e o desenvolvimento autônomo, enquanto a dominação externa bloqueia a possibilidade de uma revolução nacional e de uma verdadeira autonomia. A relação de dependência e subdesenvolvimento acaba favorecendo tanto as elites locais quanto os grupos estrangeiros que a elas se aliam. Nesse contexto, a questão central é se seria possível alcançar integração nacional e autonomia econômica, sociocultural e política dentro do sistema capitalista vigente. A modernização na AL não rompeu com estruturas coloniais nem promoveu democratização efetiva, mas preservou a exploração e a degradação do trabalho. A burguesia local manteve poder econômico e político, mas não conseguiu construir uma hegemonia cultural orgânica, limitando-se a integrar as massas de forma fragmentada, sobretudo pela indústria cultural. Dessa forma, consolidou-se uma hegemonia autocrática e truncada, que manteve a região presa à lógica de subordinação e dependência.

Nesse sentido, é importante continuar desenvolvendo o conceito de política da exposição como termo que possa contribuir para as discussões sobre os efeitos de poder da ordem política radicalizada pela extrema direita contemporânea. Não se trata apenas de um conceito com características fechadas – até mesmo pelo fato de ainda estar em desenvolvimento. Mas porque surge para explicar um contexto histórico empírico, específico e atual, que se estabelece como acontecimento em nossos dias. Não para fechar-se em si mesmo, mas para abrir possibilidades de produção teórica em várias áreas do conhecimento que não se limitam à Sociologia. Por esse motivo, que os procedimentos metodológicos aqui apresentamos também encontram-se em desenvolvimento, como forma de produção epistemo-metodológica para compreender a realidade muitas vezes contraditória, paradoxal, disruptiva e fractal do comportamento político radicalizado na contemporaneidade.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Marisa Silva. **A investida neoliberal na América Latina e as novas determinações da dependência**. 2006. 172 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Economia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2006.

AMARAL, Marisa Silva. **Teorias do imperialismo e da dependência: a atualização necessária ante a financeirização do capitalismo**. 2012. 147 f. Tese (Doutorado) - Curso de Economia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

AMARAL, Marisa Silva; DUARTE, Pedro Henrique Evangelista. Neoliberalismo e dialética do capital fictício: a constituição de um novo padrão de dependência. **Leituras de Economia Política**, Campinas, n. 16, p. 111-138, jun. 2010.

BAMBIRRA, Vânia. **O capitalismo dependente latino-americano**. Florianópolis: Insular, 2019.

BARRÍA, Cecilia. **O objetivo do mercado de criptomoedas são os golpes, e o que aconteceu com Milei é exemplo disso**. 2025. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cqx09gj12zqo>. Acesso em: 1 ago. 2026.

CAMPOS, Rosana Soares; CAMPOS, Christiane S.S.. Neoliberalismo e dependência na América Latina. **Espacio Abierto Cuaderno Venezolano de Sociología**, [s. l], v. 1, n. 23, p. 45-70, jan-mar. 2014

CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. **Dependência e desenvolvimento na América Latina**: ensaio de interpretação sociológica. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

CESARINO, Letícia. Crise permanente e a metapolítica das plataformas: preempção, radicalização, aceleração. **Revista Brasileira de Estudos Cts**, [S.L.], v. 1, n. 1, p. 69-87, 19 ago. 2025.

CESARINO, Letícia. **O mundo do avesso**: verdade e política na era digital. São Paulo: Ubu, 2022.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

DELEUZE, Gilles. **Foucault**. São Paulo: Brasiliense, 2005. Trad. Claudia Sant'Anna Martins.

DELEUZE, Gilles. O que é um dispositivo? In:_____. **Michel Foucault, filósofo**. Barcelona: Gedisa, 1990, pp. 155-161. Tradução de Wanderson Flor do Nascimento.

FERNANDES, Florestan. **Capitalismo periférico e as classes sociais na América Latina**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. 7 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008a.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 3. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**: curso no Collège de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade 1**: a vontade de saber. 10. ed. Rio de Janeiro: Paz&Terra, 2020a.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade 2**: o uso dos prazeres. 8. ed. Rio de Janeiro: Paz&Terra, 2020b. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 6. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2017.

FOUCAULT, Michel. **Nascimento da Biopolítica**. São Paulo: Martins Fontes, 2008b.

FURTADO, Celso. **O mito do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Paz e Terra, 1974.

GENNARI, Adilson Marques et al. A Economia Política da Motosserra de Javier Milei na Argentina. **Revista Fim do Mundo**, Marília, n. 13, p. 72-90, jun. 2025.

IANNI, Octavio. **Sociologia da Sociologia Latino-Americana**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

KATZ, Claudio. **A teoria da dependência 50 anos depois**. São Paulo: Expressão Popular, 2020.

LUCCHESI, Alexandre. Ajuste econômico na Argentina de Milei: ruptura neoliberal e desafios para o Mercosul. **Brazilian Journal Of International Relations**, Marília, v. 14, p. 1-25, 29 jul. 2025. Faculdade de Filosofia e Ciências. <http://dx.doi.org/10.36311/2237-7743.2025.v14.e025017>.

MARINI, Ruy Mauro. **Dialética da dependência**. Petrópolis: Vozes, 2000.

MATHEUS, Levi. **Trump assinou 228 decretos nos primeiros 100 dias do 2º mandato**. 2025. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/poder-internacional/trump-assinou-228-decretos-nos-primeiros-100-dias-do-2o-mandato/>. Acesso em: 3 ago. 2026.

MORRESI, Sergio; RAMOS, Hugo. **APUNTES SOBRE EL DESARROLLO DE LA DERECHA RADICAL EN ARGENTINA**: el caso de “La Libertad Avanza”. Caderno Crh, Salvador, n. 36, p. 1-18, 2023.

NOVAES, Henrique Tahan. A nova fase da ditadura do capital financeiro na Argentina: Javier Milei e os cantos da cigarra. **Revista Fim do Mundo**, Marília, n. 10, p. 161-166, dez. 2023.

O Globo Com La Nación. **Milei anuncia 'megadecreto' de desregulação econômica na Argentina, eliminando travas a preços, exportações e aluguéis**: o pronunciamento inicialmente seria transmitido ao meio-dia, mas foi adiado para a noite. Presidente suspendeu barreiras às privatizações e ordenou a preparação de estatais para a venda ao setor privado. 2023. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2023/12/20/milei-anuncia-em-video-megadecreto-de-desregulacao-economica-na-argentina-eliminando-regulacoes-como-as-de-precos-exportacoes-e-alugueis.ghtml>. Acesso em: 31 ago. 2026.

OLIVEIRA, Gabriela Macetti de Godoy. Teoria da dependência: reconstrução e reflexões sobre o contexto contemporâneo. **Primeiros Estudos**, São Paulo, n. 6, p. 102, 18 nov. 2014. Universidade de São Paulo, Agência USP de Gestão da Informação Acadêmica (AGUIA). <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2237-2423.v0i6p102-122>.

PADILHA, Giovanna Cunha. **Os Governos Menem e as Consequências Sociais das Políticas Aplicadas em sua Gestão**. 2019. 61 f. TCC (Graduação) - Curso de Relações Internacionais, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019.

PEIRANO, Mariza. De que serve um documento? In: PALMEIRA, Moacir; BARREIRA, César (org.). **Política no Brasil**: visões de antropólogos. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia da Política/Ufrj, 2006. Cap. 1. p. 25-49.

PRADO FILHO, Kleber; TETI, Marcela Montalvão. A cartografia como método para as Ciências Humanas e Sociais. **Barbarói**, Santa Cruz do Sul Jan./Jun. 2013, v. [], n. 38, p. 45-59, 28 maio 2013. Semestral.

PREBISCH, Raúl. **Capitalismo periférico: crisis y transformación**. México, D.F: Fondo de Cultura Económica, 1981.

PREBISCH, Raúl. **La crisis del desarrollo argentino**: de la frustración al crecimiento vigoroso. Buenos Aires: “El Ateneo” Pedro Garcia S.A., 1986.

PREVEDELLO, Carine; MEIROVICH, Valeria. O desmonte como política de Estado no governo Milei: o caso dos meios públicos em Córdoba, Argentina. **Revista Eptic**, S.L., v. 27, n. 2, p. 128-138, maio/ago. 2025.

ROCHA, José Pedro de Castro da. **A exceção pandêmica**: uma análise do discurso de Giorgio Agamben sobre a pandemia da covid-19. 2023. 126 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em 2023) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2023.

ROCHA, José Pedro de Castro da. O arquivo como objeto de escrutínio: o arquivo como objeto de escrutínio: elementos teórico-metodológicos para pensar a CPI da Pandemia da covid-19 e a etnografia em documentos. In: NASCIMENTO, Francisco Elionardo de Melo; SOUSA, Nando Rodrigues de (org.). **Etnografia em políticas públicas**. Fortaleza: Editora da Uece, 2025. Cap. 6. p. 154-175.

ROCHA, José Pedro de Castro da. Percepções da liberdade: a Abolição como primeiro experimento do dispositivo da exposição no Brasil. In: BÔAS, Felipe Vilas; SILVA, Noemi Santos da (org.). **Pós-abolição no Paraná**: caminhos da pesquisa histórica. Curitiba: Museu Paranaense, 2026a. Cap. 1. p. 32-75.

ROCHA, José Pedro de Castro da. **Política da exposição**: a influência do discurso das liberdades individuais nas ações e omissões do governo federal durante a pandemia da Covid-19 no Brasil. 2026. 320 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico ou Profissional em 2026) - Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2026b.

RODRIGUES, Matheus. Colonialismo, dependência e neoliberalismo/ultraliberalismo: a amplificação da crise na Argentina de Javier Milei. **Revista de Estudos Antiutilitaristas e Poscoloniais**, [S.L.], v. 14, n. 2, p. 1-23, 23 jan. 2025. Universidade Federal de Pernambuco. <http://dx.doi.org/10.51359/2179-7501.2024.265268>.

RUBINSTEIN, Leonardo. **Bitcoin tem benção Milei para ser moeda de curso legal na Argentina**: Milei anunciou que a Argentina permitirá a competição de várias moedas, e isso inclui o Bitcoin. 2024. Disponível em: <https://blocktrends.com.br/bitcoin-tem-bencao-milei-para-ser-moeda-de-curso-legal-na-argentina/>. Acesso em: 1 ago. 2026.

UOL. **Bomba, morte e destruição**: há 4 anos, Capitólio era invadido; veja como foi. 2025. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/2025/01/06/cinco-mortos-e-prejuizo-milionario-capitolio-foi-invadido-ha-quatro-anos.htm>. Acesso em: 3 ago. 2026.

VASCONCELOS, Francisco Thiago Rocha. A NOVA DIREITA INTERNACIONAL ENTRE O FASCISMO CLÁSSICO E O NEOFASCISMO METAPOLÍTICO. **História e Cultura**, [S.L.], v. 13, n. 2, p. 568-597, dez. 2024.

WESTIN, Ricardo. **Criação do Mercosul pôs fim às tensões históricas entre Brasil e Argentina**. 2021. Disponível em:

<https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/arquivo-s/ha-30-anos-criacao-do-mercosul-pos-fi-m-as-tensoes-historicas-entre-brasil-e-argentina>. Acesso em: 1 ago. 2026.

DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE DADOS DA PESQUISA:

Todo o conjunto de dados de apoio aos resultados deste estudo foi publicado no próprio artigo.

FINANCIAMENTO:

Esta pesquisa não recebeu nenhuma subvenção específica de qualquer agência de financiamento dos setores público, privado ou sem fins lucrativos.

CONTRIBUIÇÃO DAS/DOS AUTORES/AS:

José Pedro de Castro da Rocha: Conceitualização, Metodologia, Validação, Análise formal, Investigação, Recursos, Curadoria de dados, Redação - Rascunho Original, Escrita - Revisão e Edição, Visualização, Supervisão, Administração de projetos.

DECLARAÇÃO DE CONFLITO DE INTERESSE:

O autor 1 declara não haver conflitos de interesse.

DECLARAÇÃO SOBRE O USO DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL GENERATIVA:

Declaro para fins de responsabilidade autoral que: Não utilizei ferramentas de inteligência artificial generativa em qualquer etapa de elaboração deste texto.

MINIBIOGRAFIAS DOS/DAS AUTORAS DO PAPER

José Pedro de Castro da Rocha

Mestre em Sociologia e Cientista Social pela UECE. Pesquisador do INCT Autoritarismo e Democracia (NEV/USP). Vinculado ao Laboratório de Estudos da Violência e da Radicalização (LEVIR) e ao Observatório de Ciências Sociais e Humanas em Saúde (Observa Saúde).

Este preprint foi submetido sob as seguintes condições:

- Os autores declaram que os necessários Termos de Consentimento Livre e Esclarecido de participantes ou pacientes na pesquisa foram obtidos e estão descritos no manuscrito, quando aplicável.
- Os autores declaram que a elaboração do manuscrito seguiu as normas éticas de comunicação científica.
- Os autores declaram que estão cientes que são os únicos responsáveis pelo conteúdo do preprint e que o depósito no SciELO Preprints não significa nenhum compromisso de parte do SciELO, exceto sua preservação e disseminação.
- Os autores declaram que os dados, aplicativos e outros conteúdos subjacentes ao manuscrito estão referenciados.
- O manuscrito depositado está no formato PDF.
- Os autores declaram que a pesquisa que deu origem ao manuscrito seguiu as boas práticas éticas e que as necessárias aprovações de comitês de ética de pesquisa, quando aplicável, estão descritas no manuscrito.
- Os autores declaram que uma vez que um manuscrito é postado no servidor SciELO Preprints, o mesmo só poderá ser retirado mediante pedido à Secretaria Editorial do SciELO Preprints, que afixará um aviso de retratação no seu lugar.
- Os autores concordam que o manuscrito aprovado será disponibilizado sob licença [Creative Commons CC-BY](#).
- O autor submissor declara que as contribuições de todos os autores e declaração de conflito de interesses estão incluídas de maneira explícita e em seções específicas do manuscrito.
- Os autores declaram que o manuscrito não foi depositado e/ou disponibilizado previamente em outro servidor de preprints ou publicado em um periódico.
- Caso o manuscrito esteja em processo de avaliação ou sendo preparado para publicação mas ainda não publicado por um periódico, os autores declaram que receberam autorização do periódico para realizar este depósito.
- O autor submissor declara que todos os autores do manuscrito concordam com a submissão ao SciELO Preprints.